

AS NARRATIVAS NEGRAS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR ANTIRRACISTA

Juliana Correia¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
julianacorreia@ufrj.br

Resumo

A presente pesquisa teve por objetivo refletir sobre o potencial da contação de histórias negras no combate ao racismo no cotidiano escolar, favorecendo a implementação da lei federal 10.639/2003. Como referencial teórico, o paradigma da afrocentricidade e a abordagem filosófica afroperspectivista orientaram este estudo. A investigação contou com pesquisa de campo, utilizando a entrevista como método. O presente trabalho inclui, assim, uma reflexão sobre as experiências das contadoras de histórias Inno Sorsy, Tatiana Henrique e Perses Canellas, encerrando com a apresentação e a análise de um projeto de contação de histórias desenvolvido no Rio de Janeiro, intitulado BaObazinhO - que alia memória, arte e educação, tendo a contação de histórias negras como fio condutor de suas atividades. Esta pesquisa foi concluída em 2016, cumprindo com louvor o requisito necessário à obtenção do título de especialista em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, campus São Gonçalo.

Palavras-chave: Lei Federal 10.639/2003, afrocentricidade, afroperspectividade, contação de histórias

Introdução

Esta investigação seguiu a linha de pesquisa “Afroperspectivas: História, Filosofia e Educação” do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, campus São Gonçalo, concluído em 2016. O objetivo principal deste trabalho era refletir sobre o potencial da contação de histórias negras no combate ao racismo no ambiente escolar.

A Lei Federal 10639, promulgada em 2003, torna obrigatória a inclusão da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo oficial de toda a rede escolar (pública e particular) mas a sua lamentável não implementação (UNESCO, 2008), bem como o silenciamento promovido pelas próprias instituições de ensino diante as práticas racistas recorrentes em seu cotidiano (Cavalleiro, 2017), justificaram, nesta pesquisa, a busca por experiências antirracistas na escola que envolvessem a contação de histórias negras. Isto porque foi através dos longos processos de escravização e colonização que o ocidente desumanizou os povos africanos e parte dessa desumanização se deu pela marginalização ou pelo apagamento das histórias desses povos. Por histórias negras, defino o conjunto de mitos, contos e narrativas que apresentem o continente

¹ Mestranda em Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ. Integra o grupo de pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Interseções - AFROSIN, vinculado ao Laboratório de Estudos Afro-brasileiros (LEAFRO/UFRRJ). Integra ainda o Núcleo de Estudos e Práticas em Arte e Educação do Colégio Pedro II - NEPArTE/CP2. Bolsista CAPES.

africano e todo o povo negro - tanto do continente quanto em diáspora - de forma positiva, isto é, como sujeitos produtores de conhecimento e cultura.

A pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro, a fundamentação teórica; no segundo, a pesquisa de campo, onde a metodologia utilizada foi a entrevista com três contadoras de histórias: Inno Sorsy, Tatiana Henrique e Perses Canellas. No terceiro capítulo, a partir das questões expostas e das experiências discutidas, foi apresentada uma proposta de intervenção didático-pedagógica intitulada BaObazinhO, criada como instrumento para a aplicação da Lei Federal 10.639/2003. Na sequência, as considerações finais e as referências bibliográficas.

Metodologia

Para a fundamentação teórica, recorri à filosofia Afroperspectivista, proposta por Noguera (2015), e ao paradigma da Afrocentricidade, sistematizado por Asante (1987; 2009). A Afroperspectividade, ou Filosofia Afroperspectivista, é uma abordagem filosófica pluralista que reconhece a existência de várias perspectivas, sendo demarcada por repertórios africanos, afrodiaspóricos, indígenas e ameríndios. Seu diferencial está na maneira de abordar as questões, que passa por três referenciais: Afrocentricidade, Perspectivismo Ameríndio e Quilombismo. Tais referenciais foram elaboradas pelos intelectuais Molefi Asante, Eduardo Viveiros de Castro e Abdias Nascimento, respectivamente, mas a presente pesquisa se concentrou apenas na primeira fonte, ou seja, na Afrocentricidade.

Para Noguera (2015), uma das formas de atuar de maneira a descolonizar o modelo educacional brasileiro, tão marcado por referenciais eurocêntricos, é por meio do nosso repertório cultural:

(...) se o filósofo alemão Adorno usou Ulisses para fazer uma leitura da Modernidade, se Nietzsche falou de Apolo e Dionísio, nós usamos outras personagens: Exu, Pomba-Gira, Zé Malandro, Zumbi dos Palmares, Ogum, Oxóssi, Tupã, Iara, dentre outras (NOGUERA, 2015, p.6).

Neste momento, com base na afirmativa sobre a relevância do nosso repertório cultural para a construção de um currículo antirracista, recorro ao paradigma da Afrocentricidade, sistematizado por Molefi Asante, na década de 1980. Tal paradigma “percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (Asante, 2009, p. 93). Para além da dimensão continental, a Afrocentricidade compreende que negros e negras em diáspora também são sujeitos africanos visto que, não fosse toda violência da escravidão e da colonização, suas conexões com a história, a cultura e a

ancestralidade africana não seriam comprometidas. Logo, a Afrocentricidade se preocupa com as histórias que não são contadas e também com aquelas que são propagadas como versão única e oficial de toda a humanidade.

Entre as categorias da Afrocentricidade, Noguera (2010) destaca duas delas como principais: a localização e a agência. De acordo com o filósofo, a localização é a categoria que melhor permite caracterizar o paradigma da Afrocentricidade pois consiste em promover as experiências, as práticas, as epistemologias e perspectivas africanas a partir de suas próprias referências históricas e culturais, ao longo de qualquer atividade. Por agência, entenda-se a capacidade de articulação política em prol da emancipação do sujeito africano.

É oportuno, no entanto, pontuar que a afrocentricidade não se propõe universal. De acordo com Asante,

Afrocentricidade não é uma versão negra do eurocentrismo. Eurocentrismo está assentado sobre noções de supremacia branca que foram propostas para proteção, privilégio e vantagens da população branca na educação, na economia, política e assim por diante. De modo distinto do eurocentrismo, a afrocentricidade condena a valorização etnocêntrica às custas da degradação das perspectivas de outros grupos. Além disso, o eurocentrismo apresenta a história particular e a realidade dos europeus como o conjunto de toda experiência humana. O eurocentrismo impõe suas realidades como sendo o “universal”, isto é, apresentando o branco como se fosse a condição humana, enquanto todo não-branco é visto como um grupo específico, por conseguinte, como não-humano (ASANTE, 1991, apud NOGUERA, 2007).

Considerando então a relevância das narrativas negras para uma educação antirracista, desenvolvi este trabalho tendo a entrevista como método. Foram ouvidas três contadoras de histórias - Inno Sorsy, Tatiana Henrique e Perses Canellas - e ainda houve a análise do BaObazinhO, intervenção didático-pedagógica criada por mim em 2014, que alia memória, arte e educação tendo a contação de histórias negras como fio condutor das atividades. A seguir, uma breve apresentação sobre as entrevistadas.

O que dizem as contadoras?

A africana Inno Sorsy é contadora de histórias e diretora teatral, especialista em técnica vocal. Nasceu na fronteira entre Gana e Togo, e tem uma companhia no Benim, chamada Company of Common Sense. Já desenvolveu projetos nacionais e internacionais em escolas e comunidades tendo como parceiras instituições de grande porte, tais como The British Council, English National Opera, The South Bank Centre, The National Theatre, The Natural History Museum and The Barbican Centre London e a Comissão Brasileira de Literatura Infantil. Participou da expedição “Ara Watasara”, um projeto da Universidade do Amazonas, recolhendo memórias de vida e a

tradição oral dos habitantes ao longo das margens do rio Solimões. Trabalhou extensivamente em centros de atendimento a jovens infratores em Berlim, Madri e Viena. Colaborou com a tradução para o Inglês de *Contos de Nasrudin* (contos da tradição Sufi) e escreveu “Two Brothers” para a publicação *Contos de África*, organizada por Mary Medlicott-Kingfisher. No Brasil, ela já publicou *O Homem Sem Sorte* e tem co-autoria com Gislayne Avelar Matos no livro *O Ofício do Contador de Histórias*. Inno Sorsy concedeu entrevista para esta pesquisa na Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro, no dia 16/06/2016. Ela dirige o espetáculo *Shtim Shlim - O Sonho de um Aprendiz*, um conto tradicional do norte da África, em cartaz com o grupo Tapetes Contadores de Histórias, de 09/06 a 09/07 na BPE. Ao longo da semana em que concedeu esta entrevista, a africana ministrou a oficina “A Arte de Contar Histórias”, também na Biblioteca Parque.

Tatiana Henrique é atriz há 18 anos, formada pela Escola Técnica de Teatro Martins Pena, licenciada em Letras e mestra em Memória Social pela UniRio. Cursou o Programa de Extensão em História e Cultura Negra da UERJ e sua formação complementar na área artística inclui cursos e oficinas com artistas e companhias como AMOK Teatro, Augusto Omolu (Odin Teatret), Renata Carreri (Odin Teatret), Théâtre du Soleil, Cia. Zecora Ura. Atua com contação de histórias há 15 anos, tendo desenvolvido sua pesquisa cênica na linguagem corporal em contos e mitologias ameríndias, africanas e indianas. Representou o Brasil nos Estados Unidos nos eventos The Art of Storytelling, Miami Book Fair e PanAfrican BookFest, neste como storyteller-in-residence. No Brasil, se apresentou em diversas instituições, como Museu do Índio (projeto Aldeia de Histórias), Casa França Brasil, Centro Cultural Banco do Brasil, Fundação Palmares, Caixa Cultural, Centro Cultural dos Correios, Espaço SESC e Museu de Arte Contemporânea de Niterói/RJ. Sua entrevista foi realizada nas dependências do Centro Cultural da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - COART/UERJ, no dia 28/03/2016.

Perses Canellas é professora de geografia e trabalhou no Instituto de Educação de Niterói Professor Ismael Coutinho. Pertenceu à primeira turma da pós-graduação em Raça, Etnia e Educação, do Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB), da Universidade Federal Fluminense. Após a defesa da monografia *História da Educação do Negro: da senzala à sala de aula, quando o negro chega à escola* foi convidada pela professora Iolanda de Oliveira para trabalhar no PENESB, onde atuou por dez anos como pesquisadora. Dentro do Instituto de Educação de Niterói, idealizou e dirigiu por sete anos o projeto “Ouvindo, contando e recontando histórias”, desenvolvido no Espaço Griot, sala completamente readaptada e equipada por Perses, onde outrora funcionou uma biblioteca. Ela frequentou formações oferecidas por

contadores de histórias como Francisco Gregório e pelos griots Sotigui Kouyaté, do Mali, e Boniface Ofogo Nkama, da República dos Camarões. A entrevista concedida por Perses Canellas foi realizada em sua residência, em São Domingos, Niterói, no dia 25/03/2016.

Todas as entrevistas tiveram em torno de uma hora de duração. Foram registradas em áudio por meio de gravador e anotações em caderno de campo. Houve um pré roteiro para entrevista que trazia alguns mesmos questionamentos para ambas como por exemplo, “como se envolveu com o universo da contação de histórias?” e “por que contar histórias negras?”. O roteiro para as entrevistas foi composto por perguntas abertas.

Resultados e Discussão

Inno Sorsy não conhecia a Lei Federal 10.639/03 e acredita que a contação de histórias negras nas escolas pode sim contribuir muito para a educação das relações etnicorraciais. Para fundamentar sua opinião, revelou experiência vivida em Londres, na década de 90: toda semana chegavam duas ou três crianças refugiadas de guerras às escolas onde trabalhava, completamente assustadas, vindas de países como a Somália e a Etiópia. Por conhecer contos destes países, conseguia por meio da palavra, ou seja, por meio do encantamento, do mundo da imaginação aberto pelas histórias, envolver as crianças e fazer com que tanto os/as pequenos/as ingleses/as quanto os/as pequenos/as imigrantes se percebessem e percebessem ao outro de uma nova forma. E ainda conquistou alguns/algumas professores/as, atentos/as às questões de direitos humanos, que aproveitavam a oportunidade para, a partir dos contos, desenvolverem novas práticas no cotidiano escolar.

Inno Sorsy explica que a contação de histórias é também arte visual e que, especialmente os contos de tradição oral, permitem a inclusão social. Isto se dá porque cada elemento da história é um aspecto do/a próprio/a contador/a e do/a próprio/a ouvinte. Diferente do teatro, quando o ator se preocupa com a própria personagem, o/a contador/a precisa ser o/a vilão/ã, o/a herói/heroína, a árvore, o vento, a chuva e tudo mais o que a história exija. E ao longo da contação, permite ao ouvinte a criação pelo seu próprio imaginário. Segundo Inno Sorsy, as histórias são como atalhos uma vez que para a escola é muito difícil começar a tratar de culturas tão distintas, recebidas repentinamente, em meio ao choque sofrido pela família que precisou se refugiar e toda a complexidade inerente ao próprio espaço escolar.

A partir do momento em que ela contava histórias da Somália, surpreendia as crianças pela possibilidade de representação positiva do leste da África. Quando trazia as histórias de reis e rainhas daquelas outras culturas, até ali invisibilizadas ou marginalizadas, fazia repercutir entre os

discentes e inclusive nas casas de todas aquelas famílias uma nova possibilidade, uma possibilidade mais humana de ver a outra pessoa. Isto porque as crianças levam as histórias para suas casas, e as recontam. Logo, passavam a se relacionar de outra maneira. Ingleses/as curiosos/as por conhecer mais sobre a cultura dos recém-chegados e imigrantes com a auto-estima agora elevada por terem sua origem apresentada de maneira poética.

Já Tatiana Henrique não almejava exercer o ofício de contadora de histórias. Só descobriu em si o dom da palavra ao longo de suas práticas. Um dos “starts” aconteceu durante as aulas ministradas pelo griot Sotigui Kouyate, na exposição África, no Centro Cultural Banco do Brasil. Ela afirma que a transdisciplinaridade, apresentada como produção ocidental, já era praticada há muito tempo em África. Sustentou que a não fragmentação dos saberes proporcionou a descolonização do seu olhar sobre o que fazia, uma vez que a formação em Artes Cênicas normalmente tem a cultura greco-romana como referencial.

Tatiana relatou que com o *Griôs no Teatro* - projeto que integra contação de histórias, literatura e teatro a partir de uma perspectiva negra num conjunto de ações educativas institucionalmente pensado e que era desenvolvido em São João de Meriti - conseguiu por alguns meses trabalhar pelo *Mais Cultura nas Escolas*. O programa era uma parceria entre os Ministérios da Cultura e da Educação, com a finalidade de fomentar ações que promovessem o encontro entre o projeto pedagógico de escolas públicas contempladas com o *Mais Educação* e o *Ensino Médio Inovador* e experiências culturais já em andamento nas comunidades locais e adjacentes. No entanto, inesperadamente, todos os projetos que trabalhavam a cultura afro-brasileira dentro do *Mais Cultura nas Escolas* pararam de receber os recursos. Apesar disto, ela e seu grupo permaneceram firmes até o final do período proposto, realizando inclusive uma culminância na escola.

Tatiana Henrique sustenta que toda e qualquer oportunidade que houver precisa ser abraçada. Lembrou a urgência da sociedade entender que a lei 10.639 não é só para negros. Afirmou que a relevância da lei está no potencial de ampliar o olhar sobre o mundo, porque não conseguiremos conviver sem solidariedade (não no sentido assistencialista muitas vezes empregado ao termo!). E concluiu dizendo que as crianças também são vetores; que museus, espaços culturais são uma nova fronteira da educação e a cultura ali dentro ainda é muito embranquecida, chamando a atenção para o fato das causas negra e indígena não serem temáticas e sim contribuição, pois trata-se de parte importante da construção da nossa sociedade.

Já Perses Canellas mantinha portas e janelas abertas recebendo sempre as crianças do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho, em Niterói, além das suas turmas do antigo ginásio, hoje definidas como Ensino Fundamental 2. Naquela instituição, a sala, por anos trancada, guardando uma biblioteca desativada, ganhou nova vida quando transformada no *Espaço Griot*, onde a professora, por sete anos, desenvolveu o projeto “Ouvindo, contando e recontando histórias.”

Ela dividia o planejamento do ano letivo no *Espaço Griot* em três grandes partes: África, Diáspora e Cultura Afro-brasileira. Utilizava músicas, atividades plásticas, organizava palestras com convidados especiais e passeios como para a exposição África no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, quando conseguiu levar, sozinha, suas 12 turmas, uma a cada dia.

No início, Perses lia histórias para as crianças. Com o passar do tempo, foi sentindo vontade de se aprimorar. Até que, em um evento, conheceu a contadora de histórias Eliana Ribeiro, quem lhe indicou o popular Francisco Gregório. Dali em diante, não parou mais de se aprofundar no universo da contação de histórias, até se encontrar também com Sotigui Kouyate. Como sempre foi muito atenta à questão racial, tratou de aprender sobre os contos de tradição oral africana e incrementar os encontros com os/as estudantes.

Dentro do próprio Instituto de Educação, se deparou com a resistência de outros professores e, com o tempo, com a coordenação também. O simples fato das crianças sentarem-se ou deitarem-se nas esteiras para ouvir histórias, por exemplo, era uma das “contestações” dos colegas de ofício. Enquanto o Espaço Griot era destaque em reportagens no jornal O Globo e no projeto A Cor da Cultura, a escola ia restringindo o acesso à sala e a continuação do trabalho, destinando a cada ano número reduzido de turmas para a professora. Lembrando tudo o que viveu, Perses chegou a se emocionar e revelou o quanto ainda é difícil tocar neste assunto. Já pensou inclusive em tratá-lo ao longo de um doutorado, mas ainda não se sente preparada emocionalmente para tal.

Alguns pontos nas entrevistas chamam a atenção. Longe de esgotar todas as possibilidades de reflexões em ambos os casos, seleciono dois aspectos recorrentes ao longo da fala das entrevistadas: o encontro e o boicote. Sobre o encontro, é possível identificar dois momentos. O primeiro sendo da própria pessoa com o ofício de contar histórias e o segundo o contar histórias africanas ou afro-brasileiras para outras pessoas, possibilitando outros encontros.

Tatiana Henrique e Perses Canellas não almejavam ser contadoras. Com o passar do tempo, com o contato com as manifestações de matrizes africanas e com mestres da tradição oral, com a forma como tudo isso afetou o universo particular de cada uma, surgiu a contadora de histórias. A necessidade que ambas sentiram em multiplicar contos, mitos, histórias que contemplem a nossa

diversidade cultural, em especial a cultura negra, também são relevantes e nos conduzem a pensar sobre outras formas de atuação para educação das relações étnico-raciais na escola.

Ainda sobre o encontro, a experiência de Inno Sorsy nas escolas da Inglaterra, quando a contação de histórias acalentou crianças somalianas e etíopes e provocou as inglesas a olhar para as recém-chegadas de uma forma positiva, reforça nossa crença no poder transformador da palavra do contador de histórias. Ambas concordam que por meio da contação é possível positivar o olhar sobre o outro e sobre si mesmo/a.

Quanto ao outro aspecto que destacamos, o boicote, percebemos que também há semelhança nos casos de Henrique e Canellas: financiamento ou apoio interrompidos, negligência das instituições ao acesso às atividades, não avisando às turmas quando teria aula, por exemplo. E as duas seguiram até onde puderam, mesmo diante dos transtornos. Ou seja, apesar da estrutura não favorecer a realização ou a continuação do trabalho, o afeto, isto é, a maneira como a proposta dos diferentes trabalhos afetava as próprias contadoras, e a consciência delas sobre a força com que os seus projetos afetavam seus públicos, foi determinante para prosseguirem por conta própria.

Uma proposta de intervenção didático-pedagógica: o projeto BaObazinho

O Projeto Baobazinho alia memória, arte e educação, tendo a contação de histórias negras como fio condutor de suas atividades. Direcionado ao público escolar, oferece atividades específicas para cada faixa etária, atendendo crianças desde a Educação Infantil até jovens do Ensino Médio. De maneira lúdica, também atua com jogos, brincadeiras e atividades plásticas com materiais reutilizáveis. As ações do Baobazinho promovem a educação das relações étnico-raciais, o acesso à cultura popular brasileira e o incentivo à leitura. Os principais objetivos do projeto são:

- Inspirar nos/nas participantes o respeito à diversidade racial e cultural brasileira;
- Aguçar a curiosidade das crianças estimulando a busca por novas histórias para ler e compartilhar, especialmente as que envolvam personagens/personalidades negras;
- Propôr experimentações estéticas para construção coletiva de perspectivas positivas sobre as nossas matrizes culturais e históricas de origem africana, de acordo com as percepções, sentimentos e potencial criativo de cada um/a dos/as participantes;
- Promover vivências lúdicas e criativas e atividades práticas que estimulem/fortaleçam o hábito de ler.

Ainda é muito comum as escolas se preocuparem com a questão racial apenas em datas específicas como 13 de maio (assinatura da Lei Áurea) e 20 de novembro (dia da Consciência



Figura 1 BaObazinhO no CIEP Adão Pereira Nunes, em Acari - novembro/2016. Acervo Pessoal.

Negra). As histórias negras podem compôr um repertório favorável ao tratamento da história e cultura africana e afrodiaspórica ao longo de todo o ano letivo. Como metodologia, antes da história começar, alguma música ou ou brinquedo cantado são utilizados para sensibilizar o corpo discente.

As palmas e a percussão corporal são recursos que auxiliam este momento. É oportuno ressaltar que as próprias crianças também interferem no repertório das canções: se alguma delas começar um brinquedo cantado, o Baobazinho segue de acordo com a sua proposta.

Normalmente, o Baobazinho tem uma hora por turma. Após a sensibilização, começa a história e após a história, a exposição de alguma imagem alusiva àquela história. O Baobazinho considera relevante apresentar para as crianças e professoras as imagens de fadas, reis, sábios negros que existam na história que foi contada. Mas isso só após a conclusão da história. Durante a contação, as crianças vão criando as imagens de forma subjetiva. Esse, inclusive, costuma ser um momento bem delicado por conta de alguns comentários preconceituosos feitos pelas próprias crianças. Inclusive as crianças negras. Após a contemplação e conversa sobre as imagens expostas, é chegada a vez da atividade manual que pode utilizar diferentes materiais como tintas, jornais, cartolina. As atividades com materiais reutilizáveis sempre tem a ver com a história contada.

O projeto é itinerante. Já esteve em escolas de diferentes localidades, tais como o CIEP Adão Pereira Nunes, em Acari; na Escola Municipal Padre Manuel da Nobrega, no morro da Baiana e CIEP Brandão Monteiro, na Vila Cruzeiro, ambos no Complexo do Alemão; participou por duas edições do evento Saravá, promovido pelo Colégio Brigadeiro Newton Braga, na Ilha do Governador; à convite do Projeto Vidigal Capoeira, esteve na Associação de Moradores de lá; já esteve também no Cais do Valongo, em eventos especiais pelo dia das crianças; já promoveu sessões de contação de histórias também em evento da Pastoral Afro-brasileira e em terreiros de candomblé.

É oportuno pontuar que o Baobazinho é apenas um projeto. Outras iniciativas têm acontecido nas mais diferentes regiões, como trabalho voluntário em grande parte das vezes, resultado do engajamento de professores, arte-educadores ou responsáveis pelos/as estudantes, preocupados/as com a questão racial. É interessante também perceber que muitos projetos “se visitam”, “se convidam”, para parceria ou trocas de experiências. Desde 2016, inclusive, o BaObazinhO integra o Ayó - Encontro Negro de Contação de Histórias, rede artística e educativa negra, idealizada por Nathalia Grilo Cipriano.

Considerações Finais

Esta pesquisa está longe de esgotar o debate mas acredito no seu potencial para inspirar críticas e reflexões que favoreçam a implementação da Lei Federal 10.639/2003. A urgência em combater o racismo reproduzido na escola é a mola propulsora para a criação de alternativas que contribuam para uma educação antirracista. A arte de contar histórias é uma grande aliada do combate ao racismo no cotidiano escolar. Um repertório que apresente de forma positiva a história, a cultura e a ancestralidade do povo africano fomenta no corpo discente outras possibilidades de leitura de mundo e de si mesmas.

A contação de histórias não é uma disciplina escolar mas a dimensão educativa da palavra do/a contador/a de histórias e o potencial das narrativas em projetar o nosso pensamento, as nossas emoções e o nosso olhar sobre o/a outro/a são latentes por atuarem subjetivamente.

Partindo dos conceitos de Afroperspectividade e Afrocentricidade, é notória a relevância de um repertório que, independente se narrado (lido) ou contado (falado de cor), contemple e fomente histórias, experiências, mitos negros. Um repertório organizado a partir da abordagem afroperspectivista promove as narrativas até então marginalizadas ou invisibilizadas como pontos de partida, favorecendo o agenciamento africano e a desconstrução do pensamento vigente, que

supervaloriza a escrita, as conquistas, a história branca e européia. Compreendo que a afroperspectividade é uma abordagem filosófica pluriversal, que reconhece as diversas perspectivas (sejam ameríndias, africanas ou afro-brasileiras) por entender que todas as culturas são legítimas produtoras e detentoras de conhecimento.

Considero a contação de histórias negras uma ferramenta lúdica para enegrecer a escola, salvaguardar a memória de diferentes povos e promover o respeito à diversidade étnico-racial. Contar histórias negras é um ato político que pode ser deflagrado com música, dança e poesia simultaneamente, tal como fazem os *djelis*, os grandes mestres da tradição oral que habitam as savanas africanas, região ao sul do Saara - responsáveis pela transmissão de saberes de suas sociedades (BÁ, 2010). Contar histórias negras é combater os perigos da história única, sustentada como verdade absoluta pelos modelos epistemológicos ocidentais.

Referências Bibliográficas

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p.93-110.

_____. *Afrocentricity*. 3rd edition, Trenton: Africa World Press, 1987.

BÁ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In: *História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África* / editado por Joseph Ki-Zerbo. - 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CORREIA, Juliana. *A contação de histórias negras como ferramenta antirracista na escola*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e AfroBrasileiras) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus São Gonçalo, 2016.

NOGUERA, Renato. Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. *Revista África e Africanidades*. n.11, novembro, 2010.

NOGUERA, Renato. Afroperspectividade: por uma filosofia que descoloniza. Disponível em <http://www.geledes.org.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza>. 2015.

UNESCO. *Contribuições para implementação da lei 10.639/2003*. Brasil, 2008.